

AT – 17 EDUCAÇÃO DO CAMPO E INCLUSÃO.

Autor: Luís Carlos Paulino da Silva.

Tema :
**OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA INCLUSÃO DA CIDADANIA
NA ESCOLA DO CAMPO
RESGATANDO O CONFLITO DE ALAGAMAR**

Salgado de São Félix-PB. - 13 de setembro de 20

1. RESUMO

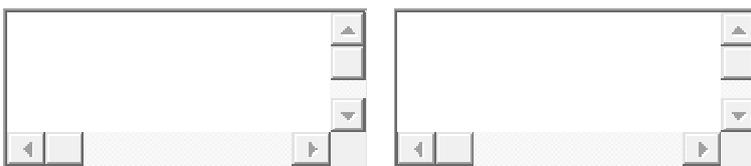
Autor :Luis Carlos Paulino da Silva (1)
prof.carlinhopaulino@gmail.com

Este artigo analisa alguns escritos que abordam a respeito do conflito dos Camponeses do Grande Alagamar na década de 70/80, como forma de inclusão da cidadania do homem do campo por meio do movimento social realizado e que hoje serve como exemplo para inclusão social no aspecto da construção da cidadania para os jovens estudantes, familiares dos camponeses que participaram ativamente na década de 70/80. Práticas estas que nas atividades educativas escolares, buscam resgatar a importância dos movimentos sociais. Esta pesquisa praticamente surgiu objetivando-se contribuir na perpetuação da memória dos episódios durante o conflito entre os camponeses das mais de 700 famílias que residiam nos 13 sítios, situados nos 13.000 hectares que correspondiam ao território da Fazenda do Grande Alagamar. O recorte histórico principal da pesquisa são os movimentos sociais deste conflito no assentamento e a inclusão dos camponeses no mundo social de direitos e deveres que teve apoio integral da CNBB, através do Arcebispo da Paraíba na época Dom José Maria Pires e outros religiosos. O Movimento social instaurado em Alagamar foi "símbolo da luta não violenta", consagrado assim por Dom Helder Câmara. Motivos que nos instiga a vasculhar, registrar e divulgar este passado através de práticas educativas escolares com os alunos do Ensino Fundamental da Escola Estadual E.F.M. Arnaldo Maroja através dos escritos populares que registram os fatos através de apenas pelos panfletos de cordel, do Hino de Alagamar que se transformou na Cantata registrando o grande exemplo de luta ou lição de vida dos camponeses para mundo atual.

Palavras-chave:

Movimentos Sociais, Memória, Cidadania, Alagamar, Escola do Campo.

(1) Graduado em Pedagogia (UEPB), lic. Letras (UFPB), Especialização em Educação do Campo (UFPB) e MESTRADO em Formação de Professores (UEPB).



2. - INTRODUÇÃO.

Em se tratando da Educação Escolar e mais precisamente sobre a modalidade da Educação do Campo, não podemos deixar de associá-la aos movimentos sociais, esta temática tem tido nas últimas décadas um ganho bastante positivo de espaço nos debates dos trabalhos e pesquisas acadêmicas. Ressaltando-se que a educação não ocorre somente na Escola, não é exclusivamente este, o único espaço para o desenvolvimento da prática da aprendizagem humana, evidenciando-se os movimentos sociais, nos quais são produzidas e/ou construídas práticas nas quais se pode aprender saberes diversos através do conhecimento empírico ou científico vivenciados pelas ações coletivas com força de despertar algumas realizações e atitudes condizentes a construções de novas perspectivas de vida.

Nesse sentido, extraímos a experiência de luta dos camponeses no assentamento do Grande Alagamar, localizado em grande parte no município de Salgado de São Félix, ocorrido a partir do ano de 1975 e seguintes, chegando até a década de 80. Além do grande potencial educativo que passamos a trabalhar na Escola Estadual de Ensino Fundamental Arnaldo Maroja através desta pesquisa, objetivando-se o resgate da memória dos movimentos sociais deste conflito de terras e a contribuição na construção da cidadania pelo exemplo dado pelos camponeses na sua luta em busca de seus direitos e pela posse da terra, por intermédio de uma decisão de luta coletiva que se desenvolveu pelos camponeses, através de uma prática educativa que ao longo dos anos foram sendo registrados através de escritos populares pelos próprios camponeses, com espaçamento maior quando se trata da transformação do Hino de Alagamar no texto da Cantata pra Alagamar que teve assim uma dimensão publicitária de conhecimento nacional e fez um registro sócio histórico cultural da situação na época, indo além do conflito local, associando-se a realidade regional de todo o Nordeste.

Nesse sentido, o objeto de nossa pesquisa trata de resgatar a memória da luta dos camponeses do assentamento das Fazendas Reunidas do Grande Alagamar, assim como, da contribuição para o preparo dos educandos para o exercício pleno

da cidadania com os alunos da série final do Ensino Fundamental, ou seja com a turma do nono ano.

Na perspectiva dessa pesquisa, a concepção de Educação pode ser representada por aspectos estruturantes do ambiente escolar: a vida familiar, a convivência humana, o trabalho agrícola, os movimentos sociais, a organização da sociedade civil e as manifestações culturais do povo do campo, citados no artigo 1 da Lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira, Lei N. 9.394 de 20/12/1996.

Considerando que os movimentos sociais e a inclusão camponesa formam a categoria central do nosso objeto de estudo, portanto, apresentamos a definição histórico-social de Movimento Social.

Os movimentos sociais do campo contemporâneo são herdeiros de resistência e de luta dos povos oprimidos, que resistiram e se rebelaram contra a ocupação, a apropriação, exploração de terras no Brasil. Os originários índios, os africanos e seus descendentes escravizados, os colonos, os trabalhadores do campo, que ao longo da formação social brasileira vem se confrontando e reagindo às forças opressoras daqueles que ao longo da ocupação e exploração da terra vêm impondo múltiplas formas de opressão que marcam as relações sociais na formação social brasileira (BATISTA, 2004, p. 20).

Sabendo-se que na época, muitos foram os problemas enfrentados, inicialmente pelo administrador das Fazendas, o Sr. Arlindo Paulino da Silva, nos primeiros meses após a morte do latifundiário, depois, pelos novos proprietários e ainda pelos policiais que resguardavam as terras e o conflito dos camponeses. Salientando, que próximo as suas residências, se encontravam em situação de plantio da cana de açúcar, deixando os agricultores sem espaço para continuarem o trabalho agrícola e da criação, que há muitos anos, praticavam naquelas fazendas do Grande Alagamar.

3. METODOLOGIA

A escolha pela Pesquisa-Ação se deu como uma exigência da metodologia do curso de Especialização em Educação do Campo que adota a Pedagogia da Alternância que supõe o desenvolvimento de aulas na universidade e de atividades práticas na comunidade.

A pesquisa-ação no âmbito da escolar, representa uma estratégia para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem de professores e pesquisadores,

por meio da utilização de suas pesquisas para aperfeiçoar-se a partir do aprendizado de seus alunos, mas mesmo contextos socioculturais.

A pesquisa qualitativa é conceituada por Oliveira (2008) como um processo de reflexão e análise da realidade, por meio da utilização de métodos e técnicas que permitem uma compreensão pormenorizada do objeto pesquisado em seu contexto. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas.

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002).

Usamos, como recurso didático nas atividades escolares, com os alunos da Educação Básica, ou seja com a turma do nono ano do Ensino Fundamental, os registros dos movimentos Sociais, tais como: os recortes de jornais, o folheto de cordel do Sr. Expedito Gonçalves, o texto do Hino de Alagamar de autoria do Sr. Severino Izidro, que deu origem ao texto da Cantata pra Alagamar de autoria de W.J. Solha. O Hino de Alagamar que era cantado nos momentos das reuniões e até quando estiveram acampados na Praça da Independência, centro da capital em frente ao Palácio do Governo e tinha o seguinte refrão:

Alagamar, meu coração/ teu povo humilde, espera uma solução./
Nossa vitória, fica na história,/ A tua glória é a nossa união. Teu
povo forte sem violência e sem guerra/ Numa luta pela terra e
pela boa produção. Da agricultura que o nosso povo consome/ E
quem consagra este teu nome não se curva a invasão. (Hino de
Alagamar- Severino Izidro – 1970-80).

Dispomos ainda do folheto do Sr. Expedito Gonçalves, intitulado *de A luta de Alagamar*, contada através do cordel pelo poeta camponês Sr. Expedito Francisco Gonçalves, que se tornou com o passar dos anos, vereador e até Vice-Prefeito na Gestão com o Prefeito Sr. Luiz Apolinário dos Anjos.

Usamos ainda o texto da Cantata pra Alagamar que foi gravado por W.J. Solha, e retratam sobre a História de Alagamar, material que pode contribuir à valorização dos movimentos, para que os jovens vivenciem um aspecto para o preparo do exercício da cidadania.

4. REFERENCIAL TEÓRICO.

O assentamento do “Grande Alagamar” encontra-se situado no Município de Salgado de São Félix, na região agreste do estado da Paraíba (PB), trata-se de uma região historicamente camponesa, com elevada extensão de território agrícola e número de famílias envolvidas.

O assentamento do "Grande Alagamar", com seus aproximadamente 13.000 km² foi cadastrada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como um latifúndio por exploração, cujo proprietário era o Sr. Arnaldo Maroja, falecido em 7 nov 1975 e não deixando herdeiro direto, a grande fazenda ficou para ser vendida e o dinheiro a ser dividido entre 42 herdeiros, conforme testamento e recortes de Jornal em informativo arquiocesano, 1980,p.2.

A Fazenda do Grande Alagamar antes de ser repassada aos novos proprietários, ficou sob a responsabilidade dos Administradores Sr. Arlindo Paulino, genro do Irmão do Sr. Maroja e do Dr. José Valdomiro R. Coutinho que venderam as terras sem levar ao conhecimento dos moradores arrendatários. Começando aí a luta do povo Alagamar mediante as mudanças ocorridas, assim como: despejo de alguns moradores, plantio de cana de açúcar em grande parte do terreno e da proibição de expedir recibos de pagamentos do foro aos trabalhadores por parte dos administradores.

Posteriormente, as terras foram disponibilizadas à venda, e comprada por outros proprietários, agrupadas sob a denominação de Fazendas Reunidas do Grande Alagamar, através dos seguintes Sítios: Salomão, Várzea Grande, Urna, Mumbuca, Saco, Caipora, Serra de São José, Sapucaia, Cavalito Morto, Furna dos Caboclos, Tejú, Piacas, Maria de Melo, Riacho dos Currais, Campos e Caipora entre outras, de acordo com MOREIRA, 1997, Vol.2, p.794.

Nesta área residiam 700 famílias de agricultores com uma população de aproximadamente 4.000 pessoas, sob o regime de arrendatários, tendo na época como lavoura de grande expressão econômica, o algodão herbáceo, além de uma e pequena atividade pecuária de bois, vacas, porcos e aves para o consumo e comercialização em caráter complementar, porém, com a chegada dos novos proprietários, todas estas atividades, foram praticamente interrompidas, intensificando a tensão instaurada nas diversas comunidades, partindo então os camponeses, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais as primeiras providências cabíveis em busca de resolução dos problemas, destacando-se os nomes de alguns agricultores, como: Sr. José Justino Neto, Sr. Manoel Justino Neto, Sr. Severino Izidro Faustino, Sr. Sebastião Cavalcante

de Araújo, Sra. Maria Francisca da Conceição, Sr. Expedito Francisco Gonçalves, e outros, portanto.

Para que possamos chegar a falar sobre o atual Alagamar, em pleno século XXI, local onde funciona atualmente uma Escola que oferece Ensino Fundamental e Médio, se faz necessário, primeiramente, conhecer um pouco a respeito da sua trajetória histórica,¹ desde a época do latifúndio do Sr. Arnaldo Maroja, passando pelos movimentos sociais que lá se desenvolveram até que se consolide e se legitime a posse da terra, acontecimento datado parcialmente em 07 de novembro de 1978, quando o Presidente Ernesto Geisel assinou o Decreto de nº 82.614, que desapropriava apenas 2.000 dos 13.000 hectares de terra de Alagamar.

Assim, apenas em 13 de novembro de 1979, foi que o então Presidente João Baptista de Figueiredo assinou o Decreto n. 84.205, que alterava o parágrafo único do Artigo 1 do Decreto nº 82.614, sendo possível desapropriar, primeiramente, a área de Piacas, originalmente conhecida como Sítio Piacas, situada na divisa de Paraíba e Pernambuco, depois o mesmo foi acontecendo com todas as outras áreas.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.

Valendo salientar que esta pesquisa ainda está em execução, problematizamos sobre os estudos teóricos da legislação e literaturas, que através dos resultados das atividades aplicadas com os alunos da escola do campo construindo conceitos; refletindo os dispositivos da legislação vigente que se encontra no papel sobre a temática; sua relação com a prática educativa e as possibilidades de novas descobertas e novos resultados em relação à dimensão educativa dos Movimentos Sociais; a construção da cidadania com os alunos da escola do campo.

Partindo do uso de recursos didáticos que tratam sobre sua realidade de vida no campo e das possibilidades de inovação e transformação para uma vida digna e livre que vai do conflito à vitória dos camponeses, assim como tivemos a oportunidade de ver em território salgadense, pela primeira vez a presença do Exmo. Presidente da República, anteriormente representado através da imagem, fruto dos movimentos sociais e da luta dos trabalhadores. Assim sendo:

Os movimentos sociais se configuram como agentes impulsionadores de mudanças sociais e políticos no campo da

reorganização hegemônica da sociedade civil [...] as práticas educativas desenvolvidas pelos movimentos sociais buscam, portanto, fortalecer uma nova cultura política, tendo destaque nesse processo a Educação Popular com sua contribuição nos mais variados espaços e organizações coletivas, que ao longo de sua trajetória histórica esteve sempre envolvida com as classes populares (BATISTA, 2008, pp. 8; 11).

Assim ocorre com a história dos Movimentos Sociais no conflito do Grande Alagamar e pela participação dos líderes da Igreja da região Nordeste.

FIGURA 02: Camponeses do Grande Alagamar com o Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires e com Dom Helder Cavalcante em momento de luta.



Fonte: Jornal União, em 6 jan. 1980.

A luta do Grande Alagamar teve a participação dos camponeses que participaram dos Movimentos Sociais nas décadas de 1970/1980 e essa história foi registrada através de textos, cordel, entrevistas e uma coletânea de recortes de jornais da época que publicaram alguns dos mais importantes acontecimentos.

Com a venda destas terras, os novos proprietários, chegaram mudando o sistema, reduzindo a área para cultivo, proibindo a pecuária, limitando espaço em volta das casas para o cultivo da cana-de-açúcar, gerando assim o início do conflito através da instalação dos movimentos sociais, sob a orientação de autoridades religiosas e apoio da Igreja, por meio do Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), símbolo da luta não violenta, cuja representação personificou-se no Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires e outros religiosos, que ajudaram na organização e disciplinamento dos camponeses na condução de um movimento pacífico que teve como resultado a desapropriação e a posse das terras.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .

E nesse novo jeito de se ver a educação do campo hoje, mediante a inovação em nossa legislação, considerando-se as diretrizes operacionais e leis complementares, que nos faz abordar e ressaltar alguns conceitos e/ou dispositivos de leis e decretos , tendo-se em vista o novo espaço que pode ser corrigido e alterado nas práticas

escolares no quadro desta modalidade e realidade da Educação e no funcionamento da escola do campo.

Segundo a Resolução 1 de 03./04/2002 que institui Diretrizes para a Educação nas escolas do Campo em seu artigo 2 fica definido que as Diretrizes, com base na legislação educacional da Educação Nacional (LDBEN), se constitui um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às DCN para a Educação Infantil, para o Ensino Fundamental e Médio, para EJA, para Educação Especial, Para Educação Indígena, para Educação profissional de Nível Técnico e para a Formação de Docentes.

Ressaltando-se que o Artigo 28 da LDBEN, realmente faz uma abordagem óbvia sobre a realidade do funcionamento da Escola do Campo, quando afirma que; Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente :

I – Conteúdos Curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural ; II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas ;III – Adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Diante destes dispositivos, o Art. 1 da LDBEN (1996) diz respeito à inclusão dos movimentos sociais nos processos formativos da Educação, representando um referencial à (re)construção da cidadania, através de uma prática educativa desenvolvida e incorporada ao currículo da instituição escolar e, por excelência, na Educação do Campo e no campo.

Segundo Roseli Salete Caldart (1999), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 1970, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro.

E a desapropriação aconteceu, depois de muita luta e sofrimento. O Presidente Ernesto Geisel marcara visita à Paraíba. Os agricultores de Alagamar, cientes da visita, se reuniram, pacificamente, em frente ao Palácio da Redenção, sede do Governo. Traziam faixas pedindo a desapropriação.

Informado corretamente da situação, ele não fez comentários. Mas, na semana seguinte, saiu o decreto de desapropriação de 2.000 hectares em Alagamar. Não era tudo o que pleiteavam os agricultores, mas já era um bom começo que foi festejado pelo povo de Alagamar com Missa, foguetório, comida e muita alegria.

A luta dos agricultores de Alagamar serve de exemplo a outros grupos que se sentem oprimidos pela fome, injustiça social ou pelo subdesenvolvimento, assim como: Indígenas, favelados, afrodescendentes, gays e pescadores, deviam unir-se e organizar-se, no espírito da Não Violência e teriam assegurada a conquista de sua liberdade e promoção dos seus direitos sociais e trabalhistas que atualmente estão sendo lesados pelos poderosos, sem apenas tomarem consciência da realidade atual brasileira.

De acordo com a natureza do problema esta pesquisa foi do tipo qualitativa com uma combinação de várias metodologias como forma de atingirmos os objetivos propostos e planejados, com trabalho de campo na escola com os alunos do Ensino Fundamental, com os segmentos da Escola do campo.

Ressaltando-se assim a importância da formação educativa através de uma Pedagogia que priorize os movimentos sociais como processo de aprendizagem no passado e no presente para o povo que vive a realidade da comunidade do campo, assim, como afirma o Mestre Paulo Freire na obra “Pedagogia do oprimido”.

Realizamos com os alunos da turma do nono ano do Ensino Fundamental uma reflexão crítica dos dispositivos que tratam sobre os movimentos sociais e a relação da educação com a construção e o exercício da cidadania através dos documentos oficiais, como: CF (1988), LDBEN (1996), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e do Campo, Resoluções, além do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997).

Usamos como recurso didático nas atividades escolares com os estudantes alguns dos recortes de jornais, os quais encontram-se em arquivos da Arquidiocese da Paraíba.

No primeiro encontro com os estudantes realizamos em sala de aula a leitura do texto do *Hino de Alagamar*, de autoria do Sr. Severino Izidro, Este texto criado por este ilustre cidadão que até hoje reside nesta terra de Alagamar, fala sobre a história do conflito.

Por isso foi realizada inicialmente uma leitura coletiva pelos alunos e o Prof. Pesquisador, seguido com uma interpretação oral e ainda realizamos uma atividade escrita, procurando explorar o respectivo texto.

Salientamos que este texto foi realizado leituras e refletido coletivamente em sala de aula como forma dos educandos se tornarem mais familiarizados com os fatos pretéritos vividos pelos seus familiares (pais e/ou avós), mas, que hoje contados,

lembrados e registrados, são motivos de orgulho, por terem enfrentados os “poderosos”, ou seja, os proprietários (pessoas ricas) e os agricultores com toda sua humildade lutaram e venceram.

Dispomos ainda do folheto do Sr. Expedito Gonçalves, intitulado de “A luta de Alagamar” contada em cordel pelo poeta Expedito, conforme exemplo dos primeiros versos, que também foram usados como recurso para conhecimento de tudo quanto passaram e sofreram na época e assim poderemos construir a memória com os jovens educandos. O panfleto do Sr. Expedito fora trabalhado também em sala de aula, explorando os conhecimentos dos alunos e relacionando com o que o camponês registrou.

Dando continuidade a pesquisa, no terceiro encontro, trabalhamos com o texto da Cantata pra Alagamar. Mas, para um melhor entendimento dos leitores, explicamos o que é uma Cantata.

Desde sua estreia na histórica Igreja de São Francisco em João Pessoa (1979), fez grande sucesso. Além dessa oportunidade, foram feitas várias outras apresentações, em diferentes cidades brasileiras.

Na prática em sala de aula, no primeiro momento com esta atividade, colocamos a gravação do cd para que eles pudessem ouvir todo o texto, acompanhando com o texto escrito. Este texto já é um pouco mais complexo, pois ele faz uma abordagem da realidade da época em nível de nordeste, incluindo assim os movimentos dos camponeses de Alagamar, fazendo uma contextualização histórica e cultural da situação vivida pelos agricultores, seus objetivos, suas lutas, cita ainda nomes de grandes apoiadores do movimento, a título de exemplo, o nome do Arcebispo da Paraíba na época – Dom José Maria Pires, entre outros bispos de destaque, como Dom Helder, Dom Francisco, Dom Manoel, além de outras autoridades civis, religiosas e militares.

A Igreja se envolveu no conflito em favor dos pequenos, como falava Dom José Maria Pires, quando se referia aos camponeses de Alagamar e declarando apoio de público através das entrevistas dadas aos repórteres dos Jornais que circulavam na época, como: União e o Correio da Paraíba.

A ópera camponesa não podia ser apresentada nos teatros, porquanto proibida pela censura em razão do seu conteúdo político de denúncia da perseguição a que estavam sendo submetidos os agricultores, pela ditadura militar. Por isso, sua estreia aconteceu no dia dezessete de junho de 1979 na Capela da Igreja de São

Francisco, com um público de aproximadamente quatrocentas pessoas, que aplaudiu de pé o espetáculo. Na oportunidade também se faziam presentes como expectadores o arcebispo Dom Hélder Câmara, de Olinda e Recife e Dom Fragoso, bispo de Crateus, ambos, ao lado de Dom José Maria Pires, apontados pela imprensa aliada ao governo como os “bispos vermelhos”, pela pregação que faziam em favor dos pobres e dos oprimidos.

À frente do movimento sempre esteve como inspirador maior o Arcebispo da Paraíba naquela década, Dom José Maria Pires, figura extraordinária que por três décadas comandou o rebanho católico paraibano.



Dom Jose Maria Pores em reunião com os Camponeses de Alagamar.

Fonte : JORNAL O NORTE – 12/1979

Conjugando-se a teoria dos movimentos sociais enquanto prática educativa social e a possível construção da cidadania através de exemplos reais, iniciamos por falar sobre alguns versos da Cantata pra Alagamar, onde, podemos exemplificar através dos versos citados a presença marcante da questão dos direitos dos camponeses em relação a terra e ainda sendo comparada com a “ Terra prometida “ conforme os escritos bíblicos. O que registra e exemplifica a influência para construção ou preparo dos educandos para o exercício da cidadania, mediante a realização das reflexões críticas do material trabalhado que aborda sobre a realidade dos trabalhadores na luta pela posse das terras no assentamento do “ Grande Alagamar “..

A legitimidade da educação do Campo vai além da busca por um sucesso econômico, mas, com certeza, um resultado pleno e satisfatório no que se refere ao aspecto intelectual, culminando o poder do aluno camponês ter consciência para responder a seguinte questão: Quem sou Eu? A Educação do Campo não existe sem a agricultura camponesa e tem como potencial a produção de alimentos na sua total diversidade e no uso múltiplo dos recursos naturais e com concentração de pequenos agricultores e, por conseguinte, com índices de desenvolvimento entre os maiores.

Diante da pesquisa realizada, podemos ainda constatar que a Escola não se encontra ainda em um nível ou padrão de trabalho do campo, ou seja, voltada para conscientizar os alunos em relação a sua real situação enquanto trabalhadores e dos direitos a eles assegurados como forma de poderem ainda lutar pela sobrevivência e

permanência no Campo com um maior respaldo sócio cultural e econômico, conseguindo assim uma verdadeira libertação.

6 - REFERÊNCIA.

ÁLBUM de Recortes de Jornais (**A Luta de Alagamar – 1979 e 1980**), Arquivo da Arquidiocese da Paraíba. Responsável: Padre João Maria. Paróquia São Miguel de Taipú/PB.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília, MDA, 2006.**

ARROYO; CALDART; MOLINA. (org). **Por uma Educação do Campo.** 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e Educação Popular.** A Teoria e a Prática de Paulo Freire no Brasil. Brasília: Líber Livro, 2008.

BRASIL. Constituição Federal 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/homeftp/LDB.doc>>. Acesso em: 18 de agosto de 2017.

DECRETO n 7.352 de 04/11/2010- Política de Educação do Campo me o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

GOHN, Maria da Glória et al. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de educação**, 2012.

MOLINA, Mônica Castagna. E outros ORGS. O Campo da Educação do Campo.2004. Coleção Por uma Educação do Campo. Vol. 05.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Por um Pedaco de Chão.** vol 2. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1997.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RIBEIRO, Marlene . Educação para a Cidadania: Questão colocada pelos movimentos Sociais.. UFRGS. 2001.